



SCIENCE  
BASED  
TARGETS

DRIVING AMBITIOUS CORPORATE CLIMATE ACTION

# RESUMO EXECUTIVO DO PADRÃO CORPORATIVO DE EMISSÕES LÍQUIDAS ZERO DA SBTi

Versão 2.0

Março de 2025

## SOBRE A SBTi

A iniciativa Science Based Targets (SBTi) é uma organização de ação climática corporativa que permite que empresas e instituições financeiras em todo o mundo desempenhem seu papel no combate à crise climática.

Desenvolvemos padrões, ferramentas e orientações que permitem que as empresas estabeleçam metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) alinhadas com o que é necessário para manter o aquecimento global abaixo de níveis catastróficos e alcançar as emissões líquidas zero até 2050, no mais tardar.

A SBTi é uma organização sem fins lucrativos do Reino Unido, com uma subsidiária que hospeda nossos serviços de validação de metas, a SBTi Services Limited. As organizações parceiras que facilitaram o crescimento e o desenvolvimento da SBTi são o CDP, o Pacto Global das Nações Unidas, a We Mean Business Coalition (WMBC), o World Resources Institute (WRI) e o World Wide Fund for Nature (WWF).

## AVISO DE ISENÇÃO

Embora tenham sido tomados todos os cuidados necessários na preparação deste documento, a iniciativa Science Based Targets (SBTi) afirma que o documento é fornecido sem garantia, expressa ou implícita, de precisão, integridade ou adequação para a sua finalidade. A SBTi, por meio deste instrumento, isenta-se de qualquer responsabilidade, direta ou indireta, por danos ou perdas relacionados ao uso deste documento na medida máxima permitida por lei.

As informações (incluindo dados) contidas neste documento não se destinam a constituir ou formar a base de qualquer aconselhamento (financeiro ou de outra natureza). A SBTi não aceita qualquer responsabilidade por qualquer reivindicação ou perda decorrente de qualquer uso ou dependência de quaisquer dados ou informações no documento.

Este documento é protegido por direitos autorais. As informações ou os materiais contidos no presente documento podem ser reproduzidos apenas de forma não adulterada, somente para fins não comerciais. Todos os outros direitos são reservados. As informações ou materiais deste documento podem ser usados somente para fins de estudo, pesquisa, crítica ou revisão privada, permitidos pela Lei de Direitos Autorais, Desenhos e Patentes de 1988, conforme alterada periodicamente ('Lei de Direitos Autorais'). Qualquer reprodução permitida de acordo com a Lei de Direitos Autorais deverá reconhecer este documento como a fonte de qualquer trecho, extrato, diagrama, conteúdo ou outras informações selecionadas.

A SBTi reserva-se o direito de revisar este documento de acordo com um cronograma de revisão definido ou conforme necessário para refletir os mais recentes cenários de emissões, desenvolvimentos regulatórios, jurídicos ou científicos e práticas recomendadas de contabilidade de gases de efeito estufa. A SBTi visa incorporar as mais recentes percepções globais científicas a respeito do clima, como aquelas oriundas do IPCC<sup>1</sup>, no desenvolvimento de suas trajetórias, metodologias, métricas e padrões. Entretanto, à medida que novas descobertas surgem, pode ser necessário algum tempo para integrar totalmente essas atualizações aos padrões SBTi. Consequentemente, as declarações permitidas pela SBTi são concebidas para se alinharem o mais próximo possível com o consenso científico mais atual.

“Iniciativa Science Based Targets” e “SBTi” referem-se à iniciativa Science Based Targets, uma instituição sem fins lucrativos registrada na Inglaterra e no País de Gales, número 1205768, e uma empresa limitada registrada na Inglaterra e no País de Gales, número 14960097.

© SBTi 2025

Este padrão é publicado pela iniciativa Science Based Targets (SBTi). Comentários sobre os padrões da SBTi podem ser encaminhados para [info@sciencebasedtargets.org](mailto:info@sciencebasedtargets.org) para consideração.

---

<sup>1</sup> O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é o órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas.

# RESUMO EXECUTIVO

***Isenção de responsabilidade:*** O Resumo Executivo destina-se a proporcionar uma visão geral e orientações para as partes interessadas, não constituindo parte normativa do presente esboço de padrão. Para obter o escopo total das exigências propostas, os usuários devem consultar o corpo principal do texto do rascunho da consulta pública. Qualquer tradução do presente documento destina-se apenas para fins informativos. Empresas devem consultar o documento original em inglês no caso de qualquer inconsistência.

## Introdução

A iniciativa Science Based Targets (SBTi) existe para possibilitar que empresas e instituições financeiras por todo o mundo possam desempenhar seu papel no combate à crise climática. O primeiro Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero da SBTi foi publicado em 2021, com o intuito de proporcionar a empresas uma definição consistente de metas de emissões líquidas zero baseadas na ciência. Desde então, mais de 1.500 empresas de todo o mundo já tiveram suas metas de emissões líquidas zero baseadas na ciência validadas.

A versão 1.2 deste padrão emblemático continua sendo uma estrutura confiável e bem estabelecida para que empresas em todo o mundo definam metas baseadas na ciência. As empresas que ainda não definiram metas são incentivadas a fazê-lo agora, pois os esforços empreendidos na Versão 1.2 continuarão sendo relevantes e fornecerão uma base sólida para o alinhamento futuro com a Versão 2.0.

Ao mesmo tempo, desde que o Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero da SBTi foi publicado pela primeira vez, ficou cada vez mais claro que o tempo está se esgotando para enfrentar as mudanças climáticas. O ano de 2024 foi historicamente o ano mais quente já registrado. A ciência climática mais recente nos fornece uma melhor compreensão das medidas necessárias para conter o aumento da temperatura e mitigar os piores efeitos das mudanças climáticas.

Para nos alinharmos com a ciência mais recente e as melhores práticas emergentes, e em resposta ao *feedback* das partes interessadas, estamos revisando o Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero da SBTi. O principal objetivo desta profunda revisão é o de garantir que o padrão continue possibilitando que empresas possam estabelecer e alcançar metas ambiciosas e baseadas na ciência, com o intuito de atingir emissões líquidas zero a nível global até o ano de 2050.

## Finalidade do rascunho inicial para consulta pública

Consultas públicas e comentários são essenciais para o desenvolvimento de um padrão relevante, robusto e passível de se colocar em prática. O presente documento serve como o primeiro rascunho de consulta pública do Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero da SBTi Versão 2.0. Ele propõe atualizações e revisões da versão atual do padrão (Versão 1.2) e serve como um meio de coletar informações de todas as partes interessadas.

A consulta pública é um dos mecanismos projetados para convidar amplas contribuições das partes interessadas, além de grupos de trabalho de especialistas e testes piloto. Convidamos as partes interessadas a analisarem o rascunho do padrão e fornecerem seus pontos de vista a respeito do conteúdo, da clareza e do grau de aplicabilidade através da pesquisa de Consulta Pública. Seu *feedback* desempenhará um papel fundamental para garantir que o padrão seja eficaz, inclusivo e adequado ao propósito.

## **Principais características do rascunho do Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero Versão 2.0**

### Da ambição ao progresso: modelo aprimorado de responsabilização e reconhecimento

À medida que um número crescente de empresas atinge o fim do prazo previsto e o foco muda da ambição para o progresso, este rascunho de padrão apresenta um novo modelo de validação que fornece um quadro completo para incentivar e reconhecer ações tomadas no combate à mudança do clima. O modelo orienta empresas no estabelecimento de metas baseadas na ciência e na avaliação e comunicação do progresso ao final do ciclo programado, além do delineamento de novas metas para o ciclo seguinte. O objetivo é permitir e reforçar a responsabilização, o reconhecimento e a melhoria contínua.

### Requisitos personalizados com base no tamanho da empresa e na geografia

Esse rascunho do padrão fornece requisitos mais personalizados para empresas, tomando por base seu tamanho e geografia. São introduzidas duas categorias: As empresas da categoria A (empresas de grande e médio porte que operam em regiões de alta renda) devem seguir todos os critérios. Empresas da categoria B (pequenas e médias empresas que operam em regiões de baixa renda) têm maior flexibilidade ao tornar alguns critérios opcionais. Essa categorização pretende impulsionar ações climáticas em todos os tipos de empresas, ao mesmo tempo em que reconhece diferenças em tamanho, recursos e contexto operacional.

### Aprimoramento do enquadramento de definição de metas do escopo 3

Para atingir as emissões líquidas zero, é fundamental que as empresas alinhem suas atividades de aquisição e geração de receita com as metas climáticas globais. Ao reconhecer a importância disso, enquanto também reconhece os desafios enfrentados atualmente pelas empresas, o rascunho do padrão introduz diversas mudanças pensadas para tratar de desafios comuns.<sup>2</sup>

Ao invés de implementar uma meta fixa (67% para curto prazo e 90% para longo prazo), o presente rascunho explicitamente incentiva empresas a priorizarem ações sobre as fontes mais relevantes de emissão em suas cadeias de valor.

Ao reconhecer os desafios de acessar dados primários de emissões para atividades na cadeia de valor, este rascunho do padrão coloca maior ênfase em métricas e metas não relacionadas a emissões, como a parcela de compras direcionada a entidades e atividades

---

<sup>2</sup> Os [resultados da pesquisa de Catalyzing Value Chain Decarbonization](#) e do [Relatório final da campanha Business Ambition for 1.5°C](#) detalham alguns dos desafios relatados pelas empresas na implementação de metas baseadas na ciência.

que estão alinhadas com as metas climáticas globais, ou a parcela de receita derivada de produtos e serviços alinhados ao zero líquido.

### Uma abordagem com maior nuance para comprovar o progresso em relação às metas

Ao reconhecer os principais desafios enfrentados por empresas atualmente nas questões de rastreabilidade e acesso de dados de emissões primárias nas atividades da cadeia de valor, o rascunho propõe uma abordagem mais diferenciada para abordar o impacto e comprovar o progresso em relação às fontes de emissão indiretas (escopos 2 e 3).

Este rascunho do padrão continua priorizando a mitigação direta, ou seja, ações e intervenções que podem ser vinculadas a fontes de emissão específicas na cadeia de valor da empresa por meio de um modelo robusto de cadeia de custódia.<sup>3</sup> Por exemplo, medidas para minimizar emissões por meio da implementação de medidas de eficiência ou da mudança para fornecedores, *commodities* ou produtos com menor emissão.

Quando não é possível estabelecer a rastreabilidade até uma fonte de emissões específica na cadeia de valor, as empresas podem basear-se em dados de emissões e intervenções ao nível do “grupo de atividades” para avaliar o desempenho ao longo do tempo e fundamentar o progresso em relação às metas. Exemplos incluem um grupo de fornecedores “*upstream*”, como um conjunto de fornecedores dos quais as empresas possam comprar determinado material, ou “*downstream*”, como uma rede elétrica que alimente os produtos que a empresa leva ao mercado.

Quando a rastreabilidade da fonte de emissões específica ou do conjunto de atividades não puder ser estabelecida atualmente, ou se persistirem barreiras intransponíveis na abordagem de uma fonte de emissões, o rascunho reconhece o papel da mitigação indireta para impulsionar a transformação relevante para a cadeia de valor de uma empresa, comparável com a mitigação direta, como medida temporária para lidar com as emissões indiretas. Por exemplo, a compra de um combustível sustentável para aviação após uma abordagem *book and claim*, com o intuito de alcançar as metas de emissões relacionadas ao combustível de aviação. Espera-se que as medidas de mitigação indireta sigam critérios de qualidade que serão refinados ao longo do processo de consulta.

### Acima e além: catalisando o financiamento climático corporativo

Este rascunho mantém seu foco na hierarquia de mitigação, priorizando a redução de emissões em todas as operações e cadeias de valor da empresa. Ao mesmo tempo, este rascunho reconhece a urgência de abordar as emissões lançadas na atmosfera hoje e o papel fundamental que as empresas podem desempenhar na mobilização de financiamento para atividades de mitigação além de sua cadeia de valor.

---

<sup>3</sup>O termo “mitigação direta” é utilizado com cautela, a fim de descrever ações diretamente ligadas a atividades específicas na cadeia de valor, sendo a rastreabilidade assegurada através de um sistema confiável (ex.: cadeia de custódia). Já o termo “mitigação indireta” é utilizado de forma semelhante para se referir a mecanismos como “*book and claim*” (reservar e reivindicar) e balanço de massa no presente rascunho do padrão. Estes temas serão reavaliados durante a fase de consulta.

Enquanto a versão atual do padrão (Versão 1.2) recomenda que as empresas vão além de suas metas baseadas na ciência, através da mitigação além da cadeia de valor (BVCM), este rascunho do padrão visa fornecer um incentivo mais forte, reconhecendo as empresas que não apenas estabelecem metas baseadas na ciência para reduzir as emissões dentro de suas operações e cadeia de valor, mas também assumem a responsabilidade de lidar com o impacto das emissões liberadas na atmosfera à medida que passam por sua transformação para alcançar as emissões líquidas zero (ou net-zero, em inglês).

Por meio do processo de consulta, a SBTi busca identificar os mecanismos mais eficazes para moldar e reconhecer essa prática de liderança.

### Continuação da relevância de 1.5°C na definição de metas baseadas na ciência

A quebra temporária do limite de aquecimento global de 1.5°C em 2024 e o crescente impacto da mudança do clima ressaltam a importância crítica de acelerar os esforços para eliminar gradualmente as emissões de gases de efeito estufa (GEE) da nossa economia. Evidências científicas mostram que mesmo pequenos aumentos na temperatura global — a cada 0.1°C — agravam os riscos de impactos catastróficos, como eventos climáticos mais extremos e pontos de inflexão irreversíveis.

À medida que a janela para estabilizar as temperaturas globais abaixo de 1.5°C se estreita e os efeitos de pequenos aumentos de temperatura se tornam mais claros, o argumento para fortalecer a ambição climática se torna mais forte. Esta ambição também deve impulsionar ações significativas que diminuam o acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera.

Tendo isso em vista, este Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero e suas trajetórias subjacentes mantêm 1.5°C como sua ambição central.

### Resumo das mudanças

A tabela abaixo delinea as principais mudanças propostas no presente rascunho da Versão 2.0, se comparado com a Versão 1.2. no Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero:

Tópico	Versão 1.2	Principais mudanças na Versão 2.0
<b>Geral</b>		
<b>Escopo</b>	Foco principal na definição de metas	Escopo abrangente, incluindo a cobertura da avaliação de desempenho do ano base, definição de metas, implementação, avaliação e comunicação do progresso e declarações
<b>Modelo de validação</b>	A ambição da meta é avaliada previamente (ex-ante), porém não há	Abrange todo o ciclo, incluindo uma avaliação inicial (ex-ante) da ambição da meta, avaliação

Tópico	Versão 1.2	Principais mudanças na Versão 2.0
	avaliação padronizada do progresso da meta (ex-post)	do progresso (ex-post) e um processo para definir novas metas
<b>Diferenciação de requisitos</b>	Não há diferenciação de requisitos no âmbito dos critérios da SBTi; processo de validação separado para empresas de pequeno e médio porte	Diferenciação de requisitos com base no porte e localização geográfica das empresas
<b>1. Compromisso de emissões líquidas zero (net-zero)</b>		
<b>Modelo de compromisso</b>	Compromisso feito através da SBTi	Compromisso público de emissões líquidas zero alinhado com as <a href="#">recomendações do High-Level Expert Group (HLEG) das Nações Unidas</a> .
<b>Plano de transição</b>	N/A	Recomendação/requisito para divulgar o plano de transição
<b>2. Avaliando o desempenho no ano base</b>		
<b>Verificação de dados</b>	N/A	Requisito para que empresas da Categoria A obtenham garantia (limitada) de terceira parte em seus inventários de emissões de gases de efeito estufa do ano base
<b>3. Definição de metas</b>		
<b>Trajetórias subjacentes</b>	<i>Benchmarks</i> de redução de emissões derivados das trajetórias do AR5 do IPCC	<i>Benchmarks</i> de redução de emissões derivados das trajetórias do AR6 do IPCC
<b>Metas de curto prazo</b>	Metas de curto prazo exigidas em todos os escopos; empresas de pequeno e médio porte não precisam estabelecer metas de escopo 3	Metas de curto prazo exigidas para todos os escopos (Categoria A) e para os escopos 1 e 2 (Categoria B)
<b>Metas de longo prazo</b>	Metas de longo prazo exigidas em todos os escopos	Empresas da Categoria A devem estabelecer metas de longo prazo para os escopos 1 e 2; as metas de longo prazo do escopo 3 estão sob consulta
<b>Metas agregadas por escopo</b>	As metas de escopo 1, 2 e 3 podem ser combinadas	Metas individuais exigidas para cada escopo

<b>Tópico</b>	<b>Versão 1.2</b>	<b>Principais mudanças na Versão 2.0</b>
<b>Definição da ambição</b>	Definido principalmente através de <i>benchmarks</i> externos (por exemplo, trajetórias) e métodos de definição de metas	Abordagem mais diferenciada, que compara o desempenho atual com <i>benchmarks</i> de cima para baixo, determinados por meio de trajetórias e métodos
<b>Escopo 1</b>	Os métodos disponíveis incluem a Abordagem de Descarbonização Setorial (SDA) e a Abordagem de Contração Absoluta (ACA), sem mecanismo de conservação de orçamento	Os métodos disponíveis incluem SDA e ACA revisado (sob consulta), destinados a tratar a conservação de orçamento, ao mesmo tempo em que recompensam a ação precoce.
<b>Escopo 2</b>	Requisito para metas baseadas em localização ou mercado, incluindo a opção de metas de eletricidade renovável	Requisito para definir tanto uma meta baseada em localização, quanto ou uma meta baseada em mercado, ou uma meta de eletricidade de carbono zero
	As medidas de mitigação permitidas não estão definidas	Sempre que possível, aquisição direta de energia de carbono zero ou instrumentos de mercado de eletricidade de alta integridade, desde que comprados e consumidos no mesmo mercado (com correspondência temporal e espacial apropriada); na impossibilidade de obter eletricidade de carbono zero, contribuições para outras redes (de energia) como medida temporária.
<b>Escopo 3</b>	Limite mínimo fixo para todas as empresas (67% para curto prazo; 90% para longo prazo)	Limite focado nas fontes de emissão mais relevantes para a empresa
	Foco principal em metas de redução de emissões	Maior ênfase em métricas e metas não relacionadas a emissões
	As medidas de mitigação permitidas não estão definidas	Clareza sobre como evidenciar o progresso em relação às metas, considerando diferentes modelos de cadeia de custódia.
<b>Emissões residuais</b>	Foco em lidar com o impacto das emissões residuais através da neutralização a	Três abordagens propostas para lidar com o impacto das emissões residuais durante a

Tópico	Versão 1.2	Principais mudanças na Versão 2.0
	partir do ano de alcance das emissões líquidas zero	transição rumo às emissões líquidas zero, e a partir do ano de alcance de emissões líquidas zero
	Informações limitadas sobre a permanência exigida das remoções	São propostas duas opções para os requisitos de durabilidade de remoção: aderir ao princípio de "similar por similar" (" <i>like-for-like</i> ") ou progredir gradualmente de remoções menos para mais duráveis ao longo do tempo
<b>4. Abordando o impacto das emissões contínuas</b>		
<b>Mitigação além da cadeia de valor (BVCM)</b>	Recomendação para que empresas apoiem a mitigação fora de suas cadeias de valor	Maior incentivo no reconhecimento de empresas que lidam com o impacto das emissões contínuas e apoiam a mitigação fora de suas cadeias de valor
<b>5. Avaliando e comunicando o progresso em relação às metas</b>		
<b>Embasamento do progresso</b>	Carência de orientação sobre a evidenciação do progresso em relação às metas	Comprovação do progresso em relação às metas por meio de intervenções rastreáveis à fonte de emissões, conjunto de atividades ou, em alguns casos limitados, por meio de mitigação indireta provisória
<b>Determinação do progresso</b>	Requisito para relatar anualmente o progresso em relação às metas, sem definição de como avaliar o progresso	Requisito para que as empresas avaliem o progresso ao final de seu ciclo de metas, de acordo com um conjunto de algoritmos predefinidos.
<b>Renovação</b>	Requisito para revisar e, se necessário, revalidar as metas a cada cinco anos, mas sem requisito para definir novas metas	Requisito para que as empresas definam novas metas ao final de cada ciclo de metas
<b>6. Declarações</b>		
<b>Geral</b>	Orientação geral fornecida no Guia de Comunicações da SBTi	Declarações claras possibilitadas pelo padrão (sob consulta); requisitos preliminares delineadas em torno da necessidade de se

Tópico	Versão 1.2	Principais mudanças na Versão 2.0
		embasar reivindicações

## Resumo: Conteúdo do rascunho do Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero Versão 2.0

Este rascunho da Versão 2.0 do Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero foi criado para fornecer uma abordagem mais eficaz para a definição de metas climáticas corporativas, orientando as empresas desde os compromissos iniciais, passando pela avaliação do progresso e renovações de metas, até chegar a manutenção de um estado alinhado às emissões líquidas zero.

O rascunho contém seis capítulos:

1. Compromisso corporativo com emissões líquidas zero (net-zero)
2. Determinação da performance no ano base da meta
3. Definição de metas
4. Abordando o impacto das emissões contínuas
5. Avaliando e comunicando o progresso
6. Declarações

O Capítulo 1 fornece critérios sobre compromissos de emissões líquidas zero em nível de empresa e planos de transição, que é o primeiro passo comumente seguido pelas empresas ao iniciar sua jornada de emissões líquidas zero. Os capítulos 2 a 6 descrevem os critérios para que as empresas se alinhem a um ciclo recorrente. Juntos, os capítulos apoiam um novo modelo de validação que pretende possibilitar a melhoria contínua durante toda a trajetória de transição de uma empresa rumo às emissões líquidas zero.

### Capítulo 1: Compromisso corporativo com emissões líquidas zero (net-zero)

Até o momento, a maioria das empresas iniciou o processo de definição de metas baseadas na ciência enviando uma carta de compromisso ao SBTi na qual se comprometem a definir metas baseadas na ciência em 24 meses. As empresas também podem submeter metas imediatamente.

O presente rascunho de padrão propõe substituir a atual carta de compromisso por um processo mais robusto de comprometimento. O processo requer que empresas declarem publicamente suas intenções no sentido de alcançar emissões líquidas zero antes do meio do século, estabelecendo metas baseadas na ciência alinhadas com esta ambição dentro de um prazo de 12 meses para aquelas na Categoria A e 24 meses para as de Categoria B. O rascunho também propõe que empresas publiquem planos de transição climática dentro de 12 meses, após a validação de suas metas pelo Órgão de Validação designado pela SBTi.

Nosso objetivo é que estas propostas se alinhem às melhores práticas emergentes, incluindo aquelas desenvolvidas pelo Grupo HLEG e Race to Zero da ONU, além do Climate Action 100 Framework. Elas exigem que as empresas demonstrem, de maneira mais clara e uniforme, suas intenções e planos que fundamentam as metas de emissões líquidas zero.

## Capítulo 2: Determinação da performance no ano base da meta

Definir metas eficazes baseadas na ciência exige que as empresas determinem o desempenho do seu ano base de forma clara e transparente. O capítulo 2 deste rascunho de padrão fornece uma estrutura mais robusta para que as empresas avaliem seu desempenho do ano base para fins de definição de metas. Algumas das principais mudanças propostas incluem:

- Uma abordagem de consolidação atualizada para se adequar às melhores práticas, regulamentação emergente e estruturas voluntárias;
- Mudanças na seleção do ano base para garantir que o ano base seja representativo da estrutura e desempenho reais da empresa, e que as metas sejam eficazes na promoção da mudança;
- Uma nova abordagem para a identificação de fontes relevantes de emissão de escopo 3, o que funciona como base para a definição de metas do mesmo escopo; e
- Incentivos para aumentar a qualidade dos dados usados para fins de definição de metas, incluindo um requisito para que as empresas da Categoria A obtenham garantia de terceira parte em seus inventários de emissões de GEE.

## Capítulo 3: Definição de metas

O Capítulo 3 descreve o processo de estabelecimento de metas baseado nos critérios prévios da SBTi e na versão atual do Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero. Ele também propõe mudanças para abordar o *feedback* das partes interessadas e tornar o processo de definição de metas mais eficaz.

### Uma abordagem de *benchmarking* mais refinada para determinar a ambição da meta

Versões anteriores dos critérios de definição de metas da SBTi tiveram como foco central aumentar a ambição das práticas de definição de metas usando trajetórias alinhadas ao Acordo de Paris como uma referência objetiva e baseada na ciência. À medida que as empresas descarbonizam, é importante que a abordagem para informar a ambição das metas considere os caminhos de mitigação e a descarbonização que a empresa já alcançou. Por meio da nova abordagem de *benchmarking* proposta neste rascunho de padrão, as empresas podem avaliar a lacuna entre o desempenho atual e as trajetórias de mitigação baseadas na ciência. Por meio dela, empresas que já tiverem alcançado as emissões líquidas zero para uma porção das atividades em sua cadeia de valor podem se comprometer com a manutenção do nível de desempenho destas atividades, e concentrar seus esforços de estabelecimento de metas em atividades que ainda requerem descarbonização.

## Ambição, composição e prazo da meta

Este rascunho da Versão 2.0 requer que as metas de emissões líquidas zero por todos os escopos (1,2 e 3) estejam alinhadas com trajetórias que limitem o aquecimento a global em 1.5°C, sem que este valor seja excedido, ou com ultrapassagem limitada. Ele trata de discrepâncias da Versão 1.2 que utilizavam um alinhamento diferente de temperatura em diferentes escopos, no âmbito das metas de curto prazo.

O presente rascunho também exige de todas as empresas da Categoria A (ver categorização de empresa) o estabelecimento de metas de longo prazo para emissões de escopo 1 e 2, apoiadas nas metas de curto prazo para períodos fixos de cinco anos, até o ano da meta de emissões líquidas zero. A composição das metas baseia-se na evolução do cenário voluntário e regulatório, incluindo o Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) e as recomendações do HLEG da ONU.

## Abordando as emissões de escopo 1 e 2

Este rascunho de padrão propõe ajustes para atender ao *feedback* das partes interessadas, com o intuito de otimizar o impacto e a eficácia da gestão das emissões operacionais de escopo 1 e escopo 2. As principais mudanças neste rascunho incluem:

- Ajustes ao método de definição de metas ACA (duas variações apresentadas para consulta);
- Separação das metas de escopo 1 e 2;
- Requisitos para estabelecer metas de escopo 2 com base na localização e no mercado; e
- Clareza sobre o uso de certificados de energia desagregados.

## Abordando as emissões de escopo 3

Reconhecendo tanto as barreiras quanto as oportunidades associadas à definição de metas no escopo 3, o rascunho introduz uma série de mudanças destinadas a tornar as metas de escopo 3 mais eficazes na promoção de transformações de emissões líquidas zero em todas as cadeias de valor. Ao mesmo tempo, o rascunho também tem o intuito de reconhecer os desafios operacionais enfrentados pelas empresas. As principais mudanças incluem:

- **Requisito para o estabelecimento de metas de escopo 3:** A definição de metas de escopo 3 é obrigatório para empresas na Categoria A, mas permanece opcional para empresas de Categoria B.
- **Limite de escopo 3:** O rascunho do padrão abandona a abordagem anterior de limite percentual (cobertura mínima de 67% para metas de curto prazo e 90% para metas de longo prazo). Em vez disso, exige que as empresas priorizem as atividades de maior intensidade de emissões em sua cadeia de valor e áreas onde têm maior influência (por exemplo, fornecedores de nível 1).
- **Métodos para estabelecimento de metas:** Reconhecendo os desafios associados aos dados de emissões da cadeia de valor e aos métodos de definição de metas de

escopo 3 existentes, este rascunho de padrão coloca maior ênfase em métricas e métodos de alinhamento. Isso inclui medidas como a parcela de compras alocada a fornecedores e atividades alinhadas ao objetivo de emissões líquidas zero, bem como a parcela de receita derivada de produtos e serviços alinhados ao objetivo de emissões líquidas zero.

- **Fundamentação do progresso em relação às metas:** Além de colocar maior ênfase em métricas e metas não relacionadas a emissões, este rascunho do padrão também aumenta a clareza e a flexibilidade em como as empresas podem demonstrar progresso em relação às metas de escopo 3. Reconhece os desafios relacionados com a rastreabilidade e a qualidade dos dados, permitindo intervenções a nível do conjunto das atividades (ex.: grupos de fornecedores), quando a rastreabilidade direta até as fontes das emissões não é possível. Adicionalmente, o rascunho reconhece a utilização de abordagens indiretas de mitigação (ex.: certificados de *commodity book-and-claim*), quando a rastreabilidade direta não for possível, ou quando há barreiras persistentes que impedem a mitigação na fonte.

### Abordando as emissões residuais

Na Versão 1.0 no Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero da SBTi, foram introduzidos requisitos para que empresas neutralizassem quaisquer emissões residuais que permanecessem no ano de emissões líquidas zero e após o mesmo. De modo a alcançar o alinhamento com as melhores práticas e responder aos comentários das partes interessadas, o presente rascunho incentiva a tomada de responsabilidade sobre emissões residuais durante todo o processo de transição até o alcance do ano de emissões líquidas zero e adiante. São três as opções incluídas neste rascunho, dentre elas:

- Requisito para que as empresas definam metas de remoção, incluindo marcos intermediários, para abordar o impacto das emissões residuais;
- Reconhecimento opcional para empresas que estabelecem metas de remoção, incluindo marcos interinos, para tratar do impacto das emissões residuais; ou
- Flexibilidade para abordar as emissões residuais esperadas, seja inteiramente por meio de reduções de emissões, inteiramente por meio de remoções ou por uma combinação de ambos.

### Transparência, revisão e ajuste das metas

O presente rascunho está alinhado com as novas recomendações de relatórios dos HLEG e CSRD da ONU, que visam elevar a transparência das metas de emissões líquidas zero. Ele também introduz novos requisitos para que se ajuste as metas após as análises de performance ao final de cada ciclo, aumentando também o nível de ambição ao exigir que empresas resolvam questões de performance baixa nos seguintes ciclos, caso as metas não sejam atingidas.

### Capítulo 4: Abordando o impacto das emissões contínuas

As empresas liberam emissões enquanto trabalham para implementar transformações para atingir emissões líquidas zero. Elas são chamadas de "emissões contínuas". Elas são

diferentes das emissões residuais, que permanecem durante o ano-objetivo das metas de emissões líquidas zero mesmo após a implementação de todas as medidas para sua redução.

Na Versão 1.2 do Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero, recomenda-se que as empresas assumam a responsabilidade pelas emissões em andamento, contribuindo para a mitigação fora de suas cadeias de valor. Neste rascunho, se propõe reconhecimento adicional para empresas que tratem das emissões contínuas através de BVCM (mitigação além da cadeia de valor). A mudança pretende criar um incentivo adicional para que empresas lidem com o impacto das emissões lançadas na atmosfera durante toda a jornada rumo às emissões líquidas zero, além da contribuição com a mitigação fora da cadeia de valor.

## Capítulo 5: Avaliando e comunicando o progresso

Reconhecendo o crescente número de empresas se aproximando do fim de suas metas de curto prazo e a demanda por orientações mais claras sobre a determinação do progresso das metas, este rascunho de padrão introduz um novo modelo de validação que estende o foco da SBTi da definição de metas para incluir a implementação das metas. O rascunho exige que empresas avaliem e comuniquem seu progresso ao final do período da meta, estabelecendo novas metas que levem em conta a performance anterior e fechem lacunas que dificultem alcançar as emissões líquidas zero. Ao fortalecer a responsabilização e o reconhecimento, o ciclo de validação revisado garante que as empresas não apenas se comprometam com ações climáticas baseadas na ciência, mas também demonstrem progresso mensurável e melhoria contínua.

## Capítulo 6: Declarações

Alinhado com as melhores práticas dos padrões de sustentabilidade, o presente rascunho da Versão 2.0 do Padrão Corporativo de Emissões Líquidas Zero inclui um novo capítulo, que fornece diretrizes gerais sobre como comprovar declarações relacionadas à definição de metas baseadas na ciência e validação pelo Órgão de Validação designado pela SBTi. O texto esclarece o que as empresas podem declarar em diferentes estágios do processo de estabelecimento de metas. Este rascunho será complementado com tipos específicos de declarações e diretrizes de embasamento, informadas pelo processo de consulta pública.

### Como participar da consulta pública

A SBTi está aberta para receber opiniões e comentários de todas as partes interessadas, incluindo profissionais de sustentabilidade, associações comerciais e coletivos, acadêmicos e *think tanks*, setores governamentais e reguladores, organizações da sociedade civil e outros participantes voluntários por todo o ecossistema corporativo de sustentabilidade. Sua contribuição pode ajudar a refinar este rascunho, garantindo que ele atenda às necessidades de seus usuários e atenda à missão da SBTi de impulsionar ações climáticas baseadas na ciência no setor corporativo.

As partes interessadas podem participar do processo de desenvolvimento do padrão das seguintes formas:

- **Revisão do rascunho do padrão:** O rascunho completo está disponível no [site da SBTi](#).
- **Envio de comentários:** Comentários podem ser enviados através da Pesquisa de Consulta Pública até o dia 1º de junho de 2025.

Apesar da SBTi valorizar todos os comentários enviados, as contribuições nas seguintes áreas temáticas são de interesse especial:

- Critérios baseados na categorização da empresa.
- Definição de metas de escopo 1.
- Definição de metas de escopo 2.
- Identificação das fontes de emissões relevantes na cadeia de valor (escopo 3).
- Alinhamento de metas.
- Abordagens propostas para as remoções de carbono entre 2030 e o ano de emissões líquidas zero.
- Declarações relacionadas à avaliação de conformidade em todos os ciclos do modelo de validação.
- Clareza, credibilidade e integralidade.

Ao revisar este rascunho de padrão e enviar seus comentários, as partes interessadas devem estar cientes do seguinte:

- **Uso de "deve/deveria":** A utilização de "(deve / deveria)" em um rascunho de critério ou recomendação reflete a busca da SBTi por feedback sobre se este elemento deve ser obrigatório (deve) ou apenas sugerido (deveria/poderia) (por exemplo, veja CNZS-C2). A pesquisa de consulta incluirá perguntas para coletar a opinião das partes interessadas sobre esta decisão.
- **Opções para consulta:** Em alguns casos, a SBTi apresenta diversas opções para consideração. Elas são designadas com o termo "**Opção**" em negrito (ex.: ver C15.5). A consulta buscará feedback das partes interessadas sobre a abordagem preferida.
- **Critérios provisórios:** Alguns critérios ou subcritérios são rotulados como provisórios para destacar elementos que a SBTi considera importantes, mas que exigem mais contribuições e desenvolvimento (por exemplo, veja CNZS-C5.7). Eles são indicados da seguinte maneira: "**(NOTA: Este é um critério provisório que será explorado e refinado durante o processo de consulta)**".

## Próximos passos

Após o período de consulta pública, todo o feedback recebido será cuidadosamente revisado e analisado. O Departamento Técnico da SBTi avaliará os comentários para determinar onde ajustes ou esclarecimentos podem ser necessários para melhorar este rascunho de padrão.

Um resumo do feedback e do processo de resposta será publicado, visando a transparência. O rascunho revisado passará, então, por revisão técnica e refinamento em colaboração com os Grupos de Trabalho de Especialistas (*Expert Working Groups*), testes piloto e uma segunda consulta pública. Existe a possibilidade de o rascunho ser submetido

a outras consultas públicas antes de ser enviado para aprovação pelo Conselho Técnico (*Technical Council*) e adoção pelo Conselho de Administração (*Board of Trustees*).



SCIENCE  
BASED  
TARGETS

DRIVING AMBITIOUS CORPORATE CLIMATE ACTION

